

Isenção de contribuição previdenciária: conceito, tipos e requisitos 24 Lei Complementar Estadual nº 39, de 09 de janeiro de 2002 e alterações posteriores. 25 Previdência complementar: Entidades Fechadas e Abertas de Previdência Complementar, planos de previdência, benefícios, contribuições, financiamento, gestão e sustentabilidade.

Direito Constitucional

1 Constituição. 1.1 Conceito, objeto, elementos e classificações. 1.2 Supremacia da Constituição. 1.3 Aplicabilidade das normas constitucionais. 1.4 Interpretação das normas constitucionais. Métodos, princípios e limites. 2 Poder constituinte. 2.1 Características. 2.2 Poder constituinte originário. 2.3 Poder constituinte derivado. 3 Princípios fundamentais. 4 Direitos e garantias fundamentais. 4.1 Direitos e deveres individuais e coletivos. 4.2 Habeas corpus, mandado de segurança, mandado de injunção e habeas data. 4.3 Direitos sociais. 5 Organização do Estado. 5.1 Organização político-administrativa. 5.2 Estado federal brasileiro. 5.3 A União. 5.4 Estados federados. 5.5 Municípios. 5.6 O Distrito Federal. 5.7 Territórios 5.8 Intervenção federal. 5.9 Intervenção dos estados nos municípios. 6 Administração pública. 6.1 Disposições gerais. 6.2 Servidores públicos. 6.3 Militares dos estados, do Distrito Federal e dos territórios. 7 Organização dos poderes no Estado. 7.1 Mecanismos de freios e contrapesos. 7.2 Poder legislativo: estrutura, funcionamento e atribuições. Comissões parlamentares de inquérito. Fiscalização contábil, financeira e orçamentária. Tribunal de Contas da União (TCU). Processo legislativo. Prerrogativas parlamentares. 7.3 Poder Executivo: Presidente da República. Atribuições, prerrogativas e responsabilidades. 7.4 Poder Judiciário: disposições gerais. Órgãos do Poder Judiciário. Organização e competências. Conselho Nacional de Justiça (CNJ). 8 Funções essenciais à Justiça. Ministério Público: Princípios, garantias, vedações, organização e competências. Advocacia Pública. Advocacia e Defensoria Pública.

Direito Administrativo

1 Estado, governo e Administração Pública: conceitos, elementos 2 Direito administrativo: conceito, objeto, fontes e princípios 3 Ato administrativo: conceito, requisitos, atributos, classificação e espécies. Extinção do ato administrativo: cassação, anulação, revogação e convalidação. Decadência administrativa. 4 Agentes públicos. 4.1 Legislação pertinente: lei nº 5.810/1994 e suas alterações e disposições constitucionais aplicáveis. 4.2 Disposições doutrinárias: conceito e espécies. Cargo, emprego e função pública. Provimento. Vacância. Efetividade, estabilidade e vitalidade. Remuneração. Direitos e deveres. Responsabilidade. Processo administrativo disciplinar. Sindicância 5 Poderes da Administração Pública: hierárquico, disciplinar, regulamentar e de polícia. Uso e abuso do poder. 6 Regime jurídico-administrativo: conceito e princípios expressos e implícitos da Administração Pública. 7 Responsabilidade civil do Estado no direito brasileiro: responsabilidade por ato comissivo do Estado. Responsabilidade por omissão do Estado. Requisitos para a demonstração da responsabilidade do Estado. Causas excludentes e atenuantes da responsabilidade do Estado. Reparação do dano. Direito de regresso. 8 Serviços públicos: conceito, elementos constitutivos, classificação e princípios. Formas de prestação e meios de execução. Delegação: concessão, permissão e autorização. 9 Organização administrativa: centralização, descentralização, concentração e desconcentração. Administração direta e indireta: Autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista. Entidades paraestatais e terceiro setor: serviços sociais autônomos, entidades de apoio, organizações sociais, organizações da sociedade civil de interesse público. 10 Controle da Administração Pública. Controle exercido pela Administração Pública. Controle judicial. Controle legislativo. 11 Improbidade administrativa: Lei nº 8.429/1992. 12 Processo administrativo.

Direito Civil

1 Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro. Teoria geral. 2 Pessoas naturais e jurídicas. Personalidade e capacidade. Sociedades, associações e fundações. Domicílio. 3 Fatos jurídicos. Negócio jurídico. Ato jurídico lícito. Ato ilícito. Prescrição e decadência. 4 Direito de família. Casamento. Disposições gerais. Capacidade. Impedimentos. Causas suspensivas. Habilitação. Celebração. Provas. Invalidez. Eficácia. Dissolução da sociedade e do vínculo conjugal. Proteção da pessoa dos filhos. Regime de bens entre os cônjuges. Relações de parentesco. Filiação. Reconhecimento dos filhos. Adoção. Poder familiar. Tutela. Curatela. Alimentos. Usufruto e administração dos bens de filhos menores. Bem de família. União estável. 5 Direito das sucessões. Sucessão em geral. Herança e sua administração. Transmissão, aceitação e renúncia da herança. Excluídos da sucessão. Herança jacente. 6 Estatuto do Idoso (Lei n. 10.741, de 2003). 7 Estatuto do portador de câncer no Estado do Pará (Lei n. 8.588, de 2018). 8 Estatuto da Pessoa com deficiência (Lei n. 13.146, de 2015).

2.2 TÉCNICO PREVIDENCIÁRIO B (CÓDIGO 102)

1 O serviço social e sua dimensão técnico-operativa. 1.1 Proposta de intervenção na área social: planejamento, planos, programas, projetos e atividades de trabalho. 1.2 Estratégias, instrumentos e técnicas de intervenção: abordagem individual,

técnica de entrevista, abordagem coletiva, trabalho com grupos, em redes e com famílias, atuação na equipe multidisciplinar e profissional (relacionamento e competências), visitas domiciliares e institucionais. 1.3 Pareceres, laudos e opiniões técnicas conjuntos entre Assistente Social e outros profissionais. 1.4 Ações profissionais: socialização das informações, fortalecimento do coletivo, assessoria e consultoria. 1.5 Instrumentos técnicos: pesquisa social, parecer social; e avaliação social para concessão de benefícios.

2 Estado, políticas públicas e direitos sociais no Brasil.

2.1 Estado: Conceito e mudanças na organização do Estado moderno. Estado e governo. Dominação racional legal com quadro burocrático. 2.2 O Estado de Bem-estar social e cidadania. As crises do Estado de Bem-estar social. A noção de cidadania regulada, no Brasil. 2.3 As diferentes conceituações de políticas públicas. O processo de elaboração de políticas no Estado moderno. 2.4 Políticas e programas da seguridade social: saúde, previdência e assistência social (organização, gestão, financiamento, reformas e controle social).

3 Constituição Federal de 1988. 3.1 Título I – Dos Princípios Fundamentais. 3.2 Título II – Dos Direitos e Garantias Fundamentais. 3.3 Título VIII – Da Ordem Social – Capítulos I e II.

4 A família e o serviço social. 3.1 Administração e planejamento em serviço social. 3.2 Atuação do assistente social em equipes interprofissionais e interdisciplinares. 3.3 Assessoria, consultoria e serviço social. 3.4 Saúde mental, transtornos mentais e o cuidado na família. 3.5 Responsabilidade social das empresas. 3.6 Gestão em saúde e segurança. 3.7 Gestão de responsabilidade social. Conceitos, referenciais normativos e indicadores. 3.8 História e constituição da categoria profissional. 3.9 Leis e códigos relacionados ao trabalho profissional do Assistente Social. 3.10 Pesquisa social. 3.11 Planejamento de planos, programas e projetos sociais.

5 As organizações e o trabalho. 5.1 Fenômenos sociais nas organizações. 5.2 O comportamento humano nas organizações. 5.3 Sustentabilidade organizacional. 5.4 Clima e cultura organizacionais e aprendizagem nas organizações.

6 Planejamento e desenvolvimento de pessoas. 6.1 Administração de projetos. 6.2 Atração e retenção de talentos. 6.3 Comportamento organizacional. 6.4 Levantamento de necessidades por competência. 6.5 Programas de treinamento, desenvolvimento e educação. 6.6 Gestão do conhecimento. 6.7 Educação corporativa. 6.8 Estratégias de desenvolvimento da cadeia de valor. 6.9 Técnicas de desenvolvimento de pessoas. 6.10 Espaços de compartilhamento de conhecimento.

7 Avaliação psicológica. 7.1 Instrumentos de avaliação psicológica. 8 Levantamento de perfil profissiográfico e metodologias para o mapeamento das competências. 9 Trabalho, subjetividade e saúde psíquica. 10 Avaliação de desempenho. 11 Qualidade de vida no trabalho – QVT. 12 Processos de comunicação no trabalho. 12.1 Comunicação, cultura e desenvolvimento humano. 12.2 Relacionamento e comunicação. 12.3 Habilidades de comunicação (habilidades de transmissão, escuta e *feedback*) e barreiras na comunicação eficaz. 12.4 Dinâmicas de grupo aplicadas ao trabalho (técnicas de entrevista, dinâmicas de interação grupal, de identificação de líderes). 12.5 Gestão de conflitos.

2.3 TÉCNICO DE ESTATÍSTICA E ATUÁRIA (CÓDIGO 103)

1 Legislação Atuarial. 1.1 Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (arts. 40, 149, 195, 201 e 249); 1.2 Emendas Constitucionais nº 20/1998, 41/2003, 47/2005 e 70/2012 – Reforma da previdência; 1.3 Lei Federal nº 9.717/1998 e alterações - Dispõe sobre regras gerais para a organização e o funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos militares dos Estados e do Distrito Federal e dá outras providências; 1.4 Lei Federal nº 9.796/1999 e alterações - Dispõe sobre a compensação financeira entre o Regime Geral de Previdência Social e os regimes de previdência dos servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nos casos de contagem recíproca de tempo de contribuição para efeito de aposentadoria, e dá outras providências; 1.5 Lei Federal nº 10.887/2004 e alterações - Dispõe sobre a aplicação de disposições da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, altera dispositivos das Leis nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, nº 8.213, de 24 de julho de 1991 e alterações, nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997 e alterações, e dá outras providências; 1.6 Lei Complementar nº 101/2000 e alterações - Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências; 1.7 Lei Federal nº 8.212/1991 e alterações - dispõe sobre o Plano de Custeio da Previdência; Lei Federal nº 8.213/1991 e alterações: dispõe sobre o Plano de Benefícios da Previdência; 1.8 Portaria MPAS nº 403/2008 e alterações - Dispõe sobre as normas aplicáveis às avaliações e reavaliações atuariais dos RPPS; 1.9 Portaria MPAS nº 402/2008 e alterações - Disciplina os parâmetros e as diretrizes gerais para organização e funcionamento dos RPPS; 1.10 Portaria MPAS nº 204/2008 e alterações - Dispõe sobre a emissão do Certificado

de Regularidade Previdenciária - CRP e dá outras providências; 1.11 Portaria MPS nº 509/2013 - Dispõe sobre a adoção do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público e das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público definidos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público da Secretaria do Tesouro Nacional no âmbito dos Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS; 1.12 Portaria MPS nº 746/2011 - Dispõe sobre cobertura de déficit atuarial dos Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS por aporte; 1.13 Orientação Normativa MPS nº 02/2009 e alterações. 1.14 Orientação Normativa SPPS/MPS nº 01/2012 - Estabelece orientações para o cálculo e as revisões dos benefícios de aposentadoria por invalidez e das pensões deles decorrentes concedidas pelos RPPS, para fins de cumprimento do disposto na Emenda Constitucional nº 70/2012. 4.15 Lei Complementar nº 039/2002 e alterações - Institui o Regime de Previdência Estadual do Pará, e dá outras providências.

2 Matemática Financeira 2.1 Juros simples e compostos: capitalização e desconto; 2.2 Taxas de juros: nominal, efetiva, equivalentes, real e aparente; 2.3 Rendas uniformes e variáveis; 2.4 Planos de amortização de empréstimos e financiamentos; 2.5 Cálculo financeiro: custo real efetivo de operações de financiamento, empréstimo e investimento; 2.6 Avaliação de alternativas de investimento; 2.7 Taxas de retorno, taxa interna de retorno.

3 Matemática atuarial. 3.1 Conceitos gerais em matemática atuarial; 3.2 Funções de sobrevivência e Tábua de mortalidade; 3.3 Tábuas de entrada em invalidez e mortalidade de inválidos; 3.4 Força de mortalidade; 3.5 Relação entre a tábua de mortalidade e função de sobrevivência; 3.6 Esperança de vida; 3.7 Leis de mortalidade; 3.8 Funções de múltiplas vidas: status da vida conjunta, status do último sobrevivente, funções de contingência e anuidades reversíveis; 3.9 Taxa central de mortalidade; 3.10 Construção de tábuas de serviço; 3.11 Número de comutação; 3.12 Diagrama de Lexis; 3.13 Premissas e hipóteses atuariais; 3.14 Teste de aderência das premissas e hipóteses; 3.15 Base de dados: critérios para aceitação e periodicidade; 3.16 Plano de benefício definido, contribuição definida e contribuição variável; 3.17 Riscos atuariais: riscos biométricos e riscos econômicos; 3.18 Segregação de massa; 3.19 Entradas de Gerações Futuras; 3.20 Ativo líquido do plano: conceito e composição; 3.21 Apuração de resultado: déficit e superávit.; 3.22 Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial (DRAA); 3.23 Nota Técnica Atuarial (NTA); 3.24 Reserva de contingência; 3.25 Rendas aleatórias (anuais e subanuais): Rendas vitalícias constantes; Rendas imediatas antecipadas e postecipadas; Rendas diferidas; Rendas temporárias; Rendas variáveis em progressão aritmética; Rendas variáveis em progressão geométrica; Rendas de ativos e inválidos; 3.26 Reservas Matemáticas: conceito e tipos de reservas; Métodos de cálculo individual da reserva matemática (métodos prospectivo, retrospectivo e recorrência); 3.27 Reserva de benefícios a conceder; 3.28 Reserva e benefícios concedidos; 3.29 Regimes Financeiros: Regime de capitalização; Regime de capitais de cobertura; Regime de repartição simples. 3.30 Cálculo do Plano de Custeio; 3.31 Custos atuariais: custo normal e suplementar; 3.32 Avaliação Atuarial;

4 Auditoria atuarial. Estatística. 4.1 Estatística descritiva e análise exploratória de dados; 4.2 Média; 4.3 Moda; 4.4 Mediana; 4.5 Esperança matemática; 4.6 Variância; 4.7 Desvio padrão; 4.8 Cálculo de Probabilidades; 4.9 Variáveis aleatórias discretas e contínuas; 4.10 Distribuição de probabilidades; 4.11 Função de distribuição acumulada; 4.12 Distribuições de Bernouille, binomial, multinomial e de Poisson; 4.13 Função densidade de probabilidade; 4.14 Distribuição uniforme, Exponencial, Normal, Log-normal; 4.15 Intervalos de confiança; 4.16 Estimativa da média de uma população; 4.17 Distribuição "t" de Student; 4.18 Estimativa da proporção em uma população; 4.19 Determinação do tamanho de uma amostra para estimativa da média e da proporção de uma população; 4.20 Testes de hipóteses para médias e proporções: 4.21 Testes unilaterais e bilaterais; 4.22 Erros do tipo I e do tipo II; 4.23 Testes de hipóteses para comparação de médias de duas populações e para comparação de proporções de duas populações; 4.24 Estatística não paramétrica; 4.25 Estatística Bayesiana; 4.26 Análise de regressão linear; 4.27 Análise multivariada; 4.28 Análise de séries temporais;

2.4 ANALISTA DE INVESTIMENTOS (CÓDIGO 104)

1 Órgãos de regulação, autorregulação e fiscalização do Sistema Financeiro Nacional e suas principais atribuições: CMN, Bacen, B3, Tesouro Nacional, SPB, CVM, SUSEP e PREVIC, Secretaria da Previdência - SPREV. 2 Bancos Múltiplos, Bancos Comerciais, Bancos de Investimentos, Corretoras de Títulos e Valores Mobiliários, Bolsas Internacionais 3 Distribuidoras e corretoras de títulos e valores mobiliários e de futuros. 4 Perfil dos investidores. 5 Entidades fechadas de previdência complementar. 6 *Compliance* legal, ética e análise de perfil de investidor. 6.1 Risco de Imagem e Risco Legal. 6.2 Controles Internos. 6.3 Prevenção e combate a lavagem de dinheiro ou ocultação de